



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

Volume I, número 1, Jan-Jun, 2020, pág. 266-278.

EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: OS DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Micheline da Silva Bastos

Tania Suely Azevedo Brasileiro

RESUMO

No contexto atual discussões entre pesquisadores, profissionais da educação, integrantes de movimentos sociais dentre outros, buscam configurar um novo quadro teórico que sirva de base para constituição de políticas de inclusão social da população amazônica. Buscamos neste artigo discorrer sobre a Amazônia a partir do aspecto territorial, perpassando pelos aspectos econômico, social e cultural para tratar dos desafios da educação no contexto amazônico, tendo como exemplos as informações de documentários desenvolvidos nessa região pelo Canal Futura, em parceria com a Fundação Carlos Chagas, além de apresentar as discussões de geógrafos, educadores e especialistas em Amazônia.

Palavras chave: Educação. Políticas de inclusão. Canal Futura. Amazônia.

ABSTRACT

In the current context, discussions between researchers, education professionals, members of social movements, among others, seek to configure a new theoretical framework that will serve as the basis for the constitution of social inclusion policies of the Amazonian population. In this article we seek to discuss the Amazon from the territorial aspect, going through the economic, social and cultural aspects to address the challenges of education in the Amazonian context, taking as examples the information from documentaries developed in this region by Canal Futura, in partnership with the Foundation. Carlos Chagas, besides presenting the discussions of geographers, educators and experts in the Amazon.

Keywords: Education. Inclusion Policies. Canal Futura. Amazon.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

INTRODUÇÃO

A Amazônia é caracterizada pela sua territorialidade, por seus recursos naturais e imensa biodiversidade. Porém, a realidade dos habitantes desta região e seus desafios diários ainda são pouco conhecidos. Grande parte da população brasileira desconhece a realidade da maioria dos municípios da Amazônia, cujos acessos ocorrem principalmente por vias fluviais. Além desse fator, há também as dificuldades econômicas e sociais que impedem que a população venha a usufruir de direitos básicos como saúde e educação.

Assim, surgem no contexto atual discussões entre pesquisadores, profissionais da educação, integrantes de movimentos sociais dentre outros, que buscam configurar um novo quadro teórico que sirva de base para constituição de políticas de inclusão social da população amazônica efetivamente no contexto nacional. Isto porque a Amazônia ainda é vista numa perspectiva colonialista de exploração, e não de desenvolvimento. Nesse sentido, o presente texto propõe o estabelecimento de um diálogo com o contexto amazônico, a partir da perspectiva de valorização das diversidades, de modo que as diferenças culturais deixem de ser associadas à inferioridade, e que a educação seja um dos mecanismos de promoção do desenvolvimento social para os povos da região.

Assim, buscamos discorrer sobre a Amazônia a partir do aspecto territorial, perpassando pelos aspectos econômico, social e cultural para tratar dos desafios da educação no contexto amazônico, tendo como exemplos as informações de documentários desenvolvidos nessa região pelo Canal Futura, em parceria com a Fundação Carlos Chagas, além de apresentar as discussões de geógrafos e especialistas em Amazônia.

O QUE É A AMAZÔNIA?

Responder ao questionamento “o que é Amazônia?”, a princípio parece fácil! Se partirmos dos discursos propagados ao longo dos anos pela mídia, cujas definições centram-se na preservação da floresta e sua biodiversidade. Se direcionarmos esta pergunta às pessoas em geral, elas certamente darão uma resposta relacionada aos aspectos do meio ambiente, e proferirão frases como “é o pulmão do mundo”, que considero uma visão reducionista desta realidade. Porém, se direcionarmos aos estudiosos que se dedicam a entender esta região, a percepção de Amazônia voltar-se-á para os aspectos social, cultural, político e econômico. De acordo com Loureiro (2012) é possível se construir uma visão desta região na perspectiva de valor social (considerar a realidade da população e a possibilidade de favorecer o desenvolvimento dos povos da região), valor econômico (valor dos recursos naturais), e valor político (espaço de integração Pan-Americana).



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

No sentido de garantir uma compreensão do que é Amazônia, realizamos a princípio uma breve localização desta no espaço da América do Sul e no Brasil. Na América do Sul, a Amazônia é um espaço de grande extensão territorial, coberta por floresta tropical que se estende por nove países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Peru, Suriname, Venezuela). No Brasil, segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas da Espaciais (INPE, 2009), a Amazônia Legal (denominação dada para efeitos de governo e economia), ocupa quase 60 % do território nacional, e contém cerca de 50% da biodiversidade do mundo, cujos ecossistemas interagem em equilíbrio.

Segundo Secco e Santos (2011, p. 14) “A Amazônia é, sem dúvida, o que se chama de bioma com megadiversidade, pois possui altos índices de riqueza natural”. De acordo com os autores citados, ela recobre os Estados do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso, se configurando na maior floresta tropical do planeta, composta por uma diversidade condizente com as diferentes regiões.

Embora considerada um grande bioma, a Floresta Amazônica possui solos pobres em nutrientes. O solo amazônico é constituído por uma camada fértil muito fina, sendo resultado do processo de decomposição da floresta (SECCO; SANTOS, 2011), assim, não se recomenda a implantação de pastagens e agricultura, pois tais práticas esgotam os nutrientes do solo. Porém, apesar do tipo de solo, não há como negar a riqueza da fauna e da flora amazônica. Os autores afirmam não se conhecer nem a metade das espécies que habitam as matas e os rios em decorrência da inacessibilidade que dificulta a exploração e seu estudo.

Mello (2005), ao se referir ao conhecimento científico que se tem sobre a Amazônia, afirma:

[...] muito pouco o que se sabe, de ciência certa sobre a vida na floresta e o seus segredos e milagres. O desconhecimento da Amazônia é tão vasto quanto ela própria. O homem está destruindo uma coisa que ele ainda não sabe bem o que é nem o que verdadeiramente vale. Mas pelo pouco, que não é tão pouco assim, que dela já se sabe, a ciência está comprovando que é imprescindível a sua preservação.

Conforme Mello (2005), a preservação da Amazônia é imprescindível não somente para a vida da floresta, em se tratando da fauna e flora, como para os milhões de habitantes que ali vivem. O conhecimento científico existente pode servir de base para o equilíbrio entre ocupação, exploração das riquezas e preservação, evitando-se as permanentes ameaças de devastação que coloca em risco a biodiversidade e a vida das populações locais.

Este autor acrescentar que quando se trata de preservar a Amazônia não significa torna-la “[...] intocável e conservada como se fosse um museu” (MELLO, 2005, p. 22). Mas, que se estabeleça uma convivência harmoniosa, com utilização racional dos recursos naturais promovendo desenvolvimento e progresso à vida da floresta e à vida humana.

Em suma, responder ao questionamento “O que é Amazônia?”, nos conduz a percebê-la como fonte de uma grande variedade de recursos florestais utilizados pelas indústrias farmacêuticas, alimentícias, químicas e de mobiliários, e fonte de recursos minerais em seu subsolo. Portanto, mais do que recursos minerais, a Amazônia é vida, pois é fonte de uma



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

diversidade genética de vegetais e animais, cujos estudos de suas composições químicas vêm revelando propriedades capazes de curar as doenças “apocalípticas” dos dias atuais (MELLO, 2005).

A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA NA AMAZÔNIA

Outro aspecto a ser considerado nessa discussão é a exploração econômica da região amazônica, cujas riquezas provenientes da biodiversidade têm chamado a atenção de grandes empreendimentos capitalistas (empresas nacionais e multinacionais) que exploram o potencial mineral, energético, biológico e hídrico dentre outros e, conseqüentemente, vem gerando impactos grandiosos e danosos no que se refere aos aspectos socioculturais, ambientais e econômicos e ocasionando a poluição dos rios, comprometendo, segundo Correa e Hage (2011), a vida e a sobrevivência das populações locais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, posseiras, camponesas), tornando precária a produção de sua existência material e simbólico-cultural.

De outro modo, Correa e Hage (2011) acrescentam que a extração e exploração de madeira, a pecuária extensiva e o agronegócio (produção de grãos) têm contribuído para a expansão das fronteiras produtivas, conseqüentemente, para a extração predatória e ilegal de madeiras de alto valor comercial e, também, para outras práticas ilegais e criminosas por empresas “não conhecidas” e falsificadoras de documentos de exploração da floresta e da força humana nela presente.

Além das praticas ilegais e criminosas citadas anteriormente, Arbex Jr (2005) acrescenta a biopirataria, o narcotráfico, o tráfico de armas, de pedras preciosas, de material destinado à indústria de alta tecnologia, a prostituição dentre outros. Nesse contexto, a Amazônia sob a perspectiva do lucro tem como resultado o desmatamento acelerado e predatório que acaba por comprometer a diversidade biológica, o equilíbrio dos ecossistemas e a vida dos povos da floresta (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, camponeses).

É interessante acrescentar na discussão a crítica realizada por Correa e Hage (2011), com relação ao modelo de desenvolvimento implantando na Amazônia. Segundo estes estudiosos, tal modelo é responsável pela constituição de um quadro social de exclusão e desigualdades. Corroborando com este quadro social, desde final do século passado e início deste os indicadores socioeconômicos do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea, 1997) e do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae, 1997) apresentavam a Região Norte como a mais pobre do país. Também, em 2003 os dados da Organização das Nações Unidas reforçavam essa constatação, acrescentando que o Norte do Brasil era a região em que a pobreza havia aumentado na década de 1990.

Diante do exposto, constatamos que na Amazônia existe uma realidade conflituosa, onde vem ocorrendo o usufruto das riquezas, buscando atender as necessidades externas em detrimento das locais. De outro modo, sob um discurso de desenvolvimento para a Amazônia, políticas e projetos ditos sustentáveis são impostos sem considerar a realidade dos que vivem na região, desconsiderando a sociodiversidade e a biodiversidade. Em conseqüência nos deparamos com problemas sociais decorrentes do aumento da emigração rural, que geram o aumento: da prostituição, de crianças desassistidas nos centros urbanos, da destruição do meio ambiente, do



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

crescimento de áreas desmatadas, poluição das águas e risco de desaparecimento de espécies (CAVALCANTE; WEIGEL, 2011).

COMPOSIÇÃO SOCIAL AMAZÔNICA

Outro aspecto relevante quando se fala em Amazônia é a sua ampla diversidade sociocultural. Segundo Correa e Hage (2011), a Amazônia é constituída por uma população composta por indígenas, quilombolas, caboclos ribeirinhos e da floresta, sem-terra, assentados, pescadores, camponeses, posseiros, migrantes oriundos da região nordeste e centro-sul dentre outros, que se encontra distribuída no espaço urbano e rural, habitando povoados, pequenas e médias cidades, algumas metrópoles que, em sua maioria, não possuem condições suficientes para atender as demandas no que tange aos serviços essenciais e direitos básicos.

Com relação à população indígena da Amazônia, os autores supracitados afirmam que existiam nesta região cerca de 230 mil índios, e que há mais cinquenta grupos de índios que ainda não se teve contato. Em se tratando da distribuição dessa população na Amazônia brasileira, Arbex Jr. (2005) afirmava que esta correspondia a pouco mais de 1% da população brasileira, e dispõe de 11% do território nacional. Além dos indígenas, existiam na Amazônia cerca de mil comunidades quilombolas descendentes de escravos que se estabeleceram na região, sendo estas localizadas principalmente no Pará (335 comunidades) e no Maranhão (535 comunidades).

Não podemos deixar de citar o caboclo ribeirinho que representa “[...] o mais característico personagem amazônico” (GONÇALVES, 2006, p. 154), por apresentar em suas práticas as culturas provenientes dos diversos povos que habitam a região. De outro modo, este amazônida, por influência dos índios, negros, imigrantes portugueses e nordestinos, incorporou em suas práticas diárias aspectos da cultura desses povos, construindo uma identidade sociocultural.

É preciso que se compreenda que grande parte da população que mora no interior da Amazônia vive do que a floresta tem a oferecer. Portanto, não basta o discurso de preservação, é preciso que se estabeleça uma política econômica para esta região que promova o desenvolvimento sustentável, e que este venha a contribuir para a população local. Em outras palavras, é urgente a promoção da melhoria da qualidade de vida da população amazônida. De acordo com Benchimol (2009), o desenvolvimento sustentável torna-se uma realidade possível a partir da criação de infraestruturas científicas, tecnológicas e de qualificação de recursos humanos, pois no cenário futuro da Amazônia não há espaço para recursos humanos desqualificados. Segundo este autor, “O cenário do futuro não contempla nível de emprego e renda para analfabetos formais e funcionais, iletrados, inumerados ou não-informatizados”. (BENCHIMOL, 2009, p. 498)

De outro modo, Benchimol (2009) acrescenta que o novo cenário amazônico, condizente com o terceiro milênio, requer modificações nos atuais modelos de



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

desenvolvimento, retomando os investimentos públicos e privados na perspectiva de criação de novos empregos, gerando renda e bem-estar social para o povo que vive na região.

As reais necessidades da população da Amazônia chegam ao centro-sul de forma distorcida, e como consequência as políticas propostas elaboram soluções não apropriadas e, nesse sentido, não atingem as necessidades básicas, principalmente da população do interior. Esta realidade decorre da ausência dos órgãos do Estado, em grande parte, da própria região amazônica, sendo que em muitas áreas a população conta unicamente com a assistência das Forças Armadas, que se encontram em áreas estratégicas para garantir a segurança do país.

Villas Bôas, num Seminário “Amazônia: O que é importante saber?”, realizado na sede do Ministério da Defesa, em 2013, proferiu palestra na qual acrescentou que existem várias Amazônia, e que cada região amazônica tem uma realidade socioeconômica e ambiental. Existem áreas em que é preciso intensificar o desenvolvimento para fixar populações locais, de modo a impedir a atividade extensiva de desmatamento. Para tanto, qualquer programa ou projeto que se implante na Amazônia tem que primeiramente pensar na questão humana, pois é preciso considerar que vivem pessoas nessa região. Nesse sentido, conforme Becker (2005), projetos e programas devem estar articulados com um projeto nacional de inserção competitiva que assegure à Amazônia um lugar no cenário econômico e político global que dê ênfase as questões sociais (geração de riqueza, trabalho e renda) com conservação ambiental. E, fazendo uma análise dos Planos de desenvolvimento formulados para a Amazônia, a autora nos leva a compreensão de que a “ausência” do Estado nessa região decorre de uma visão homogênea da região amazônica que acabaram por não corresponder às demandas social, econômica, política e cultural.

Não se pode desconsiderar que a Amazônia abriga mais de 23 milhões de pessoas, e mesmo na perspectiva do desenvolvimento sustentável, muitas vezes essas pessoas são esquecidas, tornando-se “invisíveis” para as políticas públicas. Desse modo, é preciso promover um desenvolvimento que tenha o compromisso de amenizar a pobreza e, ao mesmo tempo, preservar a Amazônia. Para tanto, urge a necessidade da atuação do Governo Federal, através de projetos que possam atender à realidade amazônica, em parceria com os governos locais, no que tange as necessidades básicas da população como a saúde, o transporte, o trabalho e a educação, dentre outras. A ausência destes serviços gera diversos problemas sociais, como prostituição, narcotráfico, biopirataria dentre outros.

Diante das discussões levantadas, constatamos que somente preservar não é suficiente para a promoção do desenvolvimento da Amazônia, e muito menos para resolver os problemas regionais. É preciso um modelo de desenvolvimento que tenha por base a ciência e a tecnologia, de modo que se possa explorar as riquezas da floresta, e que tal exploração traga retorno socioeconômico a população. Assim, de acordo com Becker (2005) é preciso que se conheça a nova geografia da Amazônia para que se possa traçar uma política regional de desenvolvimento sustentável capaz de promover o crescimento econômico e a inclusão social, com conservação ambiental, tendo a ciência e tecnologia como elementos centrais.

Que a política de desenvolvimento apresente estratégias para as diferentes Amazônia, pois cada região possui suas peculiaridades e necessidades. E, o povo de cada porção amazônica precisa ser ouvido, quando se tratar de projeto para a sua comunidade, seja ela rural ou urbana. Assim, torna possível e viável o desenvolvimento para essa região.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

A discussão dos aspectos social, cultural, político e econômico da Amazônia nos conduz a pensar como se configura a Educação nesta região, ou como deveria ser uma Educação para a Amazônia considerando a realidade múltipla, a partir de um modelo de desenvolvimento que tenha a ciência e a tecnologia como bases sustentáveis e, com ênfase nas pessoas, onde o crescimento econômico esteja a serviço da melhoria das condições de vida, respeitando e valorizando as tradições culturais e o meio ambiente.

A proposta de Educação para a região Amazônica precisa considerar os princípios basilares da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9394/96, que organiza a educação brasileira em etapas e modalidades, contemplando o conceito de Educação Básica, princípios de organicidade, sequencialidade e articulação, relação entre as etapas e modalidades: articulação, integração e transição.

Neste sentido, a composição curricular das escolas da Amazônia, em conformidade com o artigo 26 da LDB, deve contemplar o Ensino Fundamental e Médio uma base nacional comum (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Arte, Geografia, História, Educação Física), a ser complementada por uma parte diversificada, que tem a função de enriquecer e complementar a base nacional comum, e prever um estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar.

Além da composição curricular, o atendimento das especificidades regionais da Amazônia é contemplada pela referida Lei, no Capítulo II, da Educação Básica, Seção I, inciso 2º: “O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.” (BRASIL, 2005, p. 14)

Em conformidade com as proposições legais, as Secretarias de Educação dos Estados da Região Amazônica vêm organizando suas matrizes curriculares, observando critérios das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, no que concerne a organização e programação da carga horária, componentes curriculares em forma de eixos, módulos ou projetos no que se refere à base nacional, e articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

As discussões em torno da Educação na Amazônia nos conduzem a ultrapassar as proposições legais, evidenciando aspectos relativos aos problemas reais no que tange ao acesso a escola, ao currículo, e a qualificação docente. Para exemplificação destes problemas, faremos referência a dois documentários apresentados no Canal Futura, em parceria com a Fundação Carlos Chagas, em 2013.

O primeiro destes, intitulado “Desafios da Floresta”, aborda através de depoimentos de professores, educadores e dos que vivem no cotidiano das escolas do campo, os principais problemas da região que acabam por influenciar nos baixos índices educacionais. Este documentário traça uma radiografia do setor educacional e seu desdobramento para os povos da floresta. Para tal, faz uma análise da realidade do Pará, cujos rios representam 85% da área do Estado. É nesse contexto que encontramos as dificuldades de acesso às escolas. Em outras palavras, ir à escola não é tarefa fácil para o estudante amazônida. É comum encontrarmos em cidades em algumas cidades no interior da Amazônia, crianças que passam mais de quatro ou



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

cinco horas na carroceria de caminhões para poder chegar à escola, outros passam horas dentro de barcos, ou passam a semana fora de casa para chegar à escola.

Outro problema encontrado no âmbito da Educação da região amazônica, segundo os professores, especialistas educacionais e secretários de educação entrevistados, é a má formação dos professores. No Pará, segundo o documentário, apenas 10% dos professores têm ensino superior. Isso decorre da dificuldade geográfica que inviabiliza o acesso à formação. Sendo que os professores qualificados buscam os grandes centros, e os que ficam, são aqueles que não têm condições de sair da sua comunidade. Somado a isso, a necessidade de se ter professor, é que faz com que se empreguem profissionais sem qualificações para atuarem em áreas quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais. Essa situação, conforme os especialistas e educadores, contribui para que o Estado do Pará apresente os piores índices de desempenho educacional, onde somente 30% concluem o ensino fundamental, e apresenta os maiores índices de distorção entre idade/série, cuja média equivale a 65% sendo, portanto, maior que 35% da média nacional.

Vale ressaltar que as causas não são apenas estas. Há que se acrescentar o descaso político, inclusive a ausência de concursos públicos nos Estados e seus Municípios, que têm gerado um descaso e desrespeito com a categoria docente, chegando a existir professores temporários com 26 anos de serviço.

No que se refere ao acesso, há regiões que ir à escola é praticamente impossível, sendo que a chegada do professor a certas comunidades, em determinada época do ano, só é possível a partir de uma base para pouso de avião de pequeno porte. Isto porque os rios secam e não há estradas. Essa realidade não pode ser ignorada pelas políticas públicas implantadas na região, que seguem modelos que foram desenvolvidos nacionalmente e, como consequência, acabam por penalizar as comunidades da Amazônia, onde os cidadãos que ali vivem, em sua maioria, têm acesso a uma educação de baixa qualidade.

De outro modo, as políticas públicas não levam em consideração as particularidades culturais e geográficas da região. Assim, segundo o documentário, um dos maiores problemas é a dificuldade logística para implantar escolas nos municípios, ou localidades mais distantes. Por conta disso, é que se criou o Sistema de Ensino Modular e Classes Multisseriadas.

O Ensino Modular se configura em ações de oferta de educação em módulos, em que os alunos estudam entre três a quatro disciplinas ministradas sequencialmente (uma após a outra), e os professores num sistema de rodízio passam de uma localidade a outra. É desse modo que o Ensino Médio vem sendo ofertado para 400 localidades no Estado do Pará, em áreas camponesas, ribeirinhas e indígenas, com pólos em Tucuruí, Cametá, Marabá, Conceição do Araguaia, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Santarém, Altamira, Óbidos e Itaituba. No que se refere às Classes Multisseriadas, estas são implantadas para atender desde a educação infantil até o ensino fundamental (1º ao 5º ano), onde se emprega um único professor que trabalha as diferentes turmas/séries, num único espaço.

As críticas direcionadas a essas estratégias de promoção do acesso a educação na Amazônia paraense são muitas, dentre estas se acentua o fato de que o Ensino Modular oferta um ensino médio deficiente, pois não se cumpre a carga horária e o tempo determinados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Quanto às Classes Multisseriadas, estas deixam a desejar, na medida em que um ensino de qualidade a todos os alunos com idades e séries diferentes, ao mesmo tempo e num mesmo espaço, é praticamente impossível. Dentre os aspectos que comprometem a qualidade dessas modalidades de acesso a educação podemos



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

identificar: falta de material didático, de apoio pedagógico, de professores qualificados e uma política de contratação de professores efetivos, respeitando inclusive a base nacional do salário mínimo docente.

Além das questões mencionadas anteriormente, que comprometem o direito a Educação de qualidade para os amazônidas, damos destaque também para o currículo das escolas. Nesse sentido, nos reportamos ao segundo documentário “Currículo tradicional e o saber local” da série especial do Programa “Sala de Notícias”, onde especialistas e secretários de educação dos municípios paraenses puderam afirmar que o currículo presente nas escolas amazônicas é incompatível com a realidade local, com as peculiaridades e diversidades da região. A crítica feita por eles ao currículo é que este segue de forma acrítica as diretrizes nacionais de educação, as quais estabelecem padrões, porém, na realidade dos vários municípios o currículo focaliza, quando ocorrer, apenas os conhecimentos científicos e tecnológicos, sem levar em conta as singularidades e peculiaridades da região amazônica.

Porém, se nos reportarmos ao que afirma a LDB promulgada em 1996, constatamos que existe uma proposta que flexibiliza o currículo, ou seja, é na parte diversificada que se pode trabalhar as questões regionais. Contudo, o comprometimento ou inviabilização do atendimento as peculiaridades possam estar no despreparo da maioria de gestores, coordenadores pedagógicos e professores para elaborar conteúdos voltados as realidades regionais. Decorre então a necessidade de promover formação profissional docente com vistas a subsidiar um planejamento curricular que contemple os que vivem no campo, em regiões de rios e florestas.

É mister acrescentar que, em algumas regiões do Pará, como a Ilha do Combu, os professores que atuam em Unidades Pedagógicas (UP) dizem adequar o currículo a realidade regional a partir da proposta de trabalho com projetos temáticos, nos planos de ensino. Estes professores¹ afirmaram que tais adequações têm gerado resultados positivos, uma vez que a realidade dos alunos é levada em consideração. Porém, os professores deixam explícita a necessidade urgente de trabalhar de forma articulada os conteúdos básicos, pois os alunos migram para escolas urbanas e, por conta disso, necessitam dos conteúdos de outras realidades. Desse modo, nas Unidades Pedagógicas há o aproveitamento dos conhecimentos dos alunos, e adicionados a estes os conteúdos curriculares propostos pela Secretaria de Educação. Nesse sentido, se estabelece um diálogo entre os saberes da comunidade com os saberes propostos pelas Diretrizes Curriculares da Educação Nacional.

As discussões apresentadas pelos documentários nos conduzem ao desafio de se desenvolver um trabalho educativo de qualidade para a Amazônia, pois nos deparamos com os aspectos geográficos, culturais, sociais e econômicos que têm comprometido a formação docente e o acesso às escolas pelos alunos. No que se refere a esse acesso, o governo vem buscando solucionar este impasse através de Programas de Transporte Escolar (ônibus, lanchas), Ensino Modular e Classes Multisseriadas, porém, como já anunciado, há muitas limitações. Nesse sentido, muitos esforços, através das políticas públicas e do compromisso das autoridades nas três esferas de poder, precisam ser feitos para garantir os direitos básicos das comunidades amazônicas.

Quando se trata de Educação de qualidade para a Amazônia, não se pode deixar de mencionar o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). A Educação de

¹ Em entrevista ao Canal Futura, realizada em 17 de setembro de 2013.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

qualidade, segundo os especialistas e secretários de educação do Estado do Pará entrevistados no Programa Sala de Notícia, do Canal Futura, pressupõe acesso às escolas de qualidade, equipadas com laboratórios de Informática, com materiais didáticos e professores qualificados. Esses direitos ainda são negados a maioria da população que habita o interior amazônico, acentuando as desigualdades e as disparidades regionais já anunciadas anteriormente.

O Relatório do Seminário conjunto das Comissões de “Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Amazônia, Integração Nacional” e de “Desenvolvimento Regional e de Educação e Cultura”, realizado em Brasília, e promovido pela Câmara dos Deputados em 28 de junho de 2012, publicado em 2013, revela ser urgente que o avanço científico e tecnológico alcançado pelo Brasil cheguem aos estados da região amazônica para que se possa garantir o desenvolvimento integrado com a justiça social. Assim, de acordo com a Carta dos Governadores da Amazônia, publicada no referido Relatório, aprovada e assinada em 1º de junho de 2012, a ausência da Ciência, Tecnologia e Inovação se configura no entrave para o desenvolvimento da região.

Os Governadores defendem a necessidade da Ciência e da Tecnologia para o fortalecimento e crescimento industrial com vistas ao desenvolvimento regional. Para isso, é fundamental a melhoria da oferta e qualidade da educação básica, técnica e acadêmica das instituições públicas de ensino; sendo necessário, também, aperfeiçoar os conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio, e criar cursos profissionalizantes para o conhecimento de novas tecnologias e inovação voltadas para o desenvolvimento sustentável. Além desses aspectos, é preciso ampliar a abrangência das Tecnologias de Informação e Comunicação, de modo a diminuir a exclusão digital com *internet* de banda larga.

Vale acrescentar nessas proposições a garantia do acesso das comunidades tradicionais à pesquisa e às tecnologias sociais com foco no desenvolvimento sustentável. Em suma, as proposições dos Governadores apresentam uma percepção de Amazônia considerando suas necessidades, peculiaridades e potencialidades econômicas. Tal percepção pode se constituir em políticas favoráveis ao desenvolvimento dessa região, que não se resume a floresta e sua biodiversidade, mas que também é constituída por uma diversidade sociocultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas nos conduzem a compreensão de que embora a Amazônia apresente peculiaridades, a Educação ofertada à população amazônica não pode ser de caráter puramente regional, pois, esta região faz parte do contexto nacional brasileiro. O povo amazônida precisa adquirir conhecimentos científicos e tecnológicos que o coloque em igualdade de condições com as regiões mais desenvolvidas do Brasil.

Neste sentido, o maior desafio para se assegurar a qualidade educacional para esta região é garantir a presença de profissionais qualificados no interior das escolas dos municípios amazônicos, numa política de contratação como professor efetivo e de valorização profissional, que envolvam salário de base nacional, materiais didático-pedagógicos e espaços adequados para o exercício de suas atividades profissionais, com dignidade.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

Para tanto, é preciso que os governos locais, em parceria com os Governos Estadual e Federal, se comprometam com uma Educação de qualidade para as populações que vivem nesta imensa região, assegurando escolas públicas com infraestrutura e recursos adequados, dentre estes os tecnológicos e todo o aparato decorrente do seu avanço, e professores qualificados que incluam em suas práticas o diálogo dos saberes trazidos pela comunidade com os conhecimentos científicos e escolares, de modo que estes venham a favorecer uma aprendizagem significativa dos alunos e compromissada com a sustentabilidade da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ARBEX JR., José. “Terra sem povo”, crime sem castigo: pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, Maurício. **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR – 163**. Brasília: CNPq, 2005

BECKER, B.K. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, M.; KOHLHEPP, G. **Amazônia Sustentável: Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENCHIMOL, S. **AMAZÔNIA: Formação Social e Cultural**. Manaus: Editora Valer, 2009.

BÔAS, E. V. **Amazônia: O que é preciso saber!** Entrevista concedida a Folha de São Paulo. 07/12/ 2013.

_____. **Seminário Diplomacia e Defesa**. Sede do Ministério de Defesa. Brasília. 07dez. 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC/Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005.

CAVALCANTE, L. I. P. ; WEIGEL, V. A. C. de. **Educação na Amazônia: Oportunidades e desafios**2013. Disponível:< [HTTP://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sece/sti/indbrasipo/Desafios/coletane/ofutamazonia/04LuiolaInes.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sece/sti/indbrasipo/Desafios/coletane/ofutamazonia/04LuiolaInes.pdf)>Acesso: 14 novembro 2015.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

CORREA, S.R.M e HAGE, A.M. Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais. In: **Revista Nera**, ano 14, n. 18, janeiro/junho de 2011.

DESAFIOS DA FLORESTA. Canal Futura e Fundação Carlos Chagas. Produção Jorge Mansur, publicada em 10 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6HxEP8Ehy/o>>acesso: 18 dezembro 2015.

CURRÍCULO TRADICIONAL E O SABER LOCAL. Canal Futura e Fundação Carlos Chagas. Produção Jorge Mansur, publicada em 17 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EG8O2YLkX_A>acesso: 18 dezembro 2015.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Amazônia, Amazônias.** 2ª.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

INAE. Instituto Nacional de Altos Estudos. In: PINTO, L. F. O Campeão da Pobreza. Belém. **Jornal Pessoal.** Ano XV, n. 275, janeiro de 2002.

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. In: PINTO, L. F. O Campeão da Pobreza. Belém. **Jornal Pessoal.** Ano XV, n. 275, janeiro de 2002.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais. 2009. Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite - **Projeto Prodes.** Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes>>. acesso: 18 dezembro 2015.

LOUREIRO, V. R. A Amazônia no século 21: Novas Formas de Desenvolvimento. In: **Revista Direito GV.** São Paulo. Jul. – Dez, 2012.

MELLO, T. **AMAZÔNIA: A Menina dos Olhos do Mundo.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2005.

SECCO, Maria Filomena Fagury Videira e SANTOS, Joice Bispo.(org.). **Prêmio José Marcio Ayres para Jovens Naturalistas. Guia do Educador.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

Relatório do Seminário Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia (2012): Brasília, DF). Educação, ciência e tecnologia na Amazônia [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br>>. acesso: 17 dez. 2015.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

Recebido: 13/5/2020.

Aceito: 18/5/2020.

Sobre autores e contato:

Micheline da Silva Bastos - Mestre em Educação na Universidade Federal do Oeste do Pará), no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFOPA). Especialista em Informática na Educação pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). Licenciada em Letras e em Educação Física. Professora da Educação básica do Estado do Pará.

E-mail: michelinesbastos@gmail.com

Tania Suely Azevedo Brasileiro - Professora titular da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Pós-doutora em Psicologia (IP/USP). Doutora em Educação (URV-ES/FE/USP). Docente e pesquisadora do quadro permanente dos programas de pós-graduação em Educação na Amazônia (PPGE) e do Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND), além do Doutorado em Rede EDUCANORTE – doutorado em Educação na Amazônia, além de Coordenadora do curso de Licenciatura em Informática Educacional.

Email: brasileirotania@gmail.com